

11ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL METROPOLIS

WORKSHOP GÉNERO E MIGRAÇÕES
As imigrantes caboverdeanas em Portugal–Caminhos para a integração

Por Alcestina de Oliveira Tolentino

Lisboa, Outubro de 2006

Senhora Moderadora

Os nossos cumprimentos

Saudamos a Organização das Nações Unidas, pela oportunidade iniciativa de realizar uma Conferência Internacional sobre as Migrações.

Congratulamo-nos por Lisboa ser a cidade anfitriã do encontro pois é o reconhecimento do interesse empenho das autoridades e organizações da sociedade nas questões da imigração

Registamos o esforço da organização e agradecemos as condições

Agradecemos a honrosa oportunidade de tomar parte nos trabalhos, ocasião ímpar de aprendizagem

Minhas senhoras e
Meus senhores
Ilustres participantes

Oriunda de um pequeno estado insular e saheliano, que há mais de 1 século descobriu na imigração a solução para os seus problemas de sobrevivência, e, tem hoje uma diáspora que é mais do dobro da população das ilhas, **a mulher caboverdeana** cedo aprendeu que o caminho do mar está invariavelmente ligado à sua sorte.

A ligação histórica do arquipélago a Portugal fez deste país um tradicional destino de mulheres caboverdeanas que se orientavam para os serviços domésticos em casas de famílias.

Mas, quando há 40 anos se inicia um processo migratório dos caboverdeanos, numa dinâmica que ainda hoje perdura, na primeira fase, é de mão-de-obra masculina que se trata.

Só volvidos 5 a 6 anos se principia o reagrupamento familiar, e, a presença da mulher torna-se cada vez mais notória até porque a elas se junta um

número sempre crescente de mulheres com um projecto individual de imigração.

Estas mulheres não estavam habituadas a expressarem-se na língua portuguesa, tinham um elevado índice de analfabetismo e baixa escolaridade, não possuíam qualquer habilitação profissional.

Estes elementos caracterizadores atiraram de imediato essas imigrantes para trabalhos socialmente pouco reconhecidos e mal remunerados, o que aumenta as probabilidades de pobreza e segregação espacial.

Falar então de igualdade de oportunidades para o imigrante, era fazer a constatação das inequidades e injustiças sociais que enformavam o seu quotidiano.

Quando o objecto específico de análise é a MULHER IMIGRANTE, os constrangimentos à participação na vida pública e privada são maiores.

Isto porque, as precárias condições de vida (trabalho, habitação, saúde, educação/formação), a fraca inserção na sociedade de acolhimento e outros tantos problemas culturais e psicológicos com que a imigrante se debate são acrescidos daqueles que resultam da sua condição de mulher, e ainda, no caso concreto de atitudes discriminatórias e xenófobas com base na cor da pele e outras características do seu tipo humano, de que tantas vezes são vítimas.

Pela via do reagrupamento familiar ou como imigrante individual estas mulheres são hoje uma força de trabalho, e, asseguram um conjunto tão importante de tarefas de suporte que seria difícil imaginar o funcionamento da sociedade, em especial da Grande Lisboa, sem o seu contributo.

Nos primeiros anos da sua chegada, a imigrante caboverdeana mergulha nas tarefas domésticas de apoio ao marido e no cuidado dos filhos que trouxe e dos que vai tendo ao ritmo que os teria no seu país de origem.

Esquecida de si própria, encerrada em bairros degradados e habitados quase exclusivamente por conterrâneos, ela recria o ambiente cultural de origem, como forma de atenuar o embate da nova sociedade.

Dela desconhece a organização e os códigos, não tem o domínio da língua, já que possui uma língua materna diferente e com muitos pontos de interferência com a língua do país de acolhimento, e, o seu relacionamento é ainda afectado por diferenças étnico culturais.

É pois em condições de franca desvantagem que, em meados dos anos oitenta, empurrada pelas dificuldades económicas que afectavam a família que entretanto crescera, ela se lança no mercado de trabalho, primeiro na venda ambulante, principalmente de peixe, e, gradualmente como empregada do doméstica.

A tal ponto que acreditamos ser muito fácil identificar nesta plateia mulheres portuguesas que se revêm na nossa afirmação de que o sucesso da conciliação da sua vida familiar e profissional se deveu em grande parte ao suporte que encontrou na imigrante que para ela trabalhava.

Enquanto a imigrante trabalha, os filhos dela, mesmo de tenra idade, ficam entregues a si próprios, já que os bairros onde vivem, ou não possuem equipamentos sociais para a infância e adolescência, ou se existem não são suficientes.

São os irmãos mais velhos que se ocupam dos mais novos e, esse facto, aliado à falta de motivação e a uma má relação com a escola, levam a altas taxas de abandono e insucesso escolar.

É o iniciar de processo de exclusão e marginalidade social e cultural em que essas imigrantes vêm envolvidos os seus filhos que cresceram ou nasceram em Portugal, mas que não experimentam o sentimento de pertença à sociedade portuguesa. Até porque o direito de pertença lhes é negado ou muito dificultado pelas leis que então vigoram.

Entretanto a mulher é assediada por uma informação que lhe entra em casa através dos média, informação essa que põe muitas vezes em causa o equilíbrio dos valores em que ela acredita e questiona-lhe amiúde o seu papel e estatuto na família e na sociedade.

A pouco e pouco ela ganha consciência do seu valor como ser humano com direitos e já não aceita o código ancestral das relações homem/mulher.

A par da luta por uma oportunidade na sociedade, essas mulheres travam no dia a dia uma luta tenaz no próprio íntimo e no seio da família pela alteração do seu papel tradicional.

A mulher imigrante é também portadora de uma identidade cultural que transpõe para o quotidiano da família. Hábitos e tradições do seu país de origem, que vão da utilização do espaço no interior e em torno da habitação, à alimentação, ao uso do crioulo como língua de comunicação,

ao recurso á medicina tradicional, à música e à dança e à celebração dos ritos de passagem.

Neste cenário de adversidades, é contudo grande o número de mulheres que ainda arranja forças e tempo, quantas vezes roubado a horas de sono, para melhorar a sua escolaridade e formação profissional e pessoal e para participar da vida da comunidade.

Muitos são contudo os constrangimentos ao exercício da cidadania na sociedade portuguesa :

- Constrangimentos resultantes do desconhecimento dos seus direitos
- Constrangimentos provocados pelas condições de vida
- Constrangimentos que advêm da baixa auto estima da imigrante

A partir da década de 90 verificam-se profundas alterações no relacionamento da sociedade portuguesa com os imigrantes que entretanto aumentavam em número e diversificavam na procedência, e, a mulher caboverdeana responde de forma pronta aos desafios com que se vê confrontada

- Dois processos de regularização extraordinária
- Um programa especial de realojamento que atinge maioritariamente a comunidade caboverdeana, pelas péssimas condições de habitação em que vive.
- Profundas alterações na organização mercado de trabalho
- Direito de participação política activa e passiva nas eleições locais
- Medidas de combate à pobreza e de promoção da inclusão
- Medidas de protecção de direitos sociais mínimos para os menores filhos de imigrantes, em áreas como a educação, a saúde
- Programas de apoio à inclusão cultural e à participação social e cívica dos jovens.
- Aprovação de leis em favor da imigração e contra a discriminação
- Criação de um alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

Hoje 44% dos imigrantes caboverdeanos regulares são mulheres estimando-se que mais de 50% das recém chegadas pertençam à categoria de imigrante em nome individual.

Numa comunidade de cerca de 130.000, 1,3% da população de Portugal, .48,8% são mulheres e destas 27.000 imigrantes. As restantes possuem

cidadania portuguesa, mas para muitas o quotidiano é em tudo idêntico à das suas pares imigrantes.

A formação e a informação são o principal caminho para a sua plena integração na sociedade portuguesa.

Formação escolar e profissional; formação para a cidadania participação. A imigrante tem de acompanhar o movimento de emancipação da mulher portuguesa e partilhar com ela as preocupações e responsabilidades no combate das desigualdades com base no género.

Estar profissionalmente habilitada para competir no mercado de trabalho Ter trabalho com segurança e sentir essa mesma segurança com o futuro dos filhos, são condição para a mulher caboverdeana se integrar nesta sociedade da qual está culturalmente próxima e onde gosta de viver.

Elencamos a seguir um conjunto de medidas práticas que se implementadas facilitarão essa integração, mas as próprias imigrantes e sua organizações representativas têm de assumir um papel activo na sociedade com o apoio dos média e das organizações da sociedade portuguesa.

- Simplificar e agilizar os procedimentos no relacionamento
- com as autoridades que controlam a imigração.

- Adoptar leis promovam a integração
- Adoptar políticas sectoriais dirigidas a necessidade específicas desta população
- Por ex educação inter cultural
- Envolver profissionais oriundos da comunidade no trabalho com a mesma.
- Combater a pobreza na mulher imigrante
- Intensificar o diálogo com as autoridades caboverdeanas e adoptar instrumentos de cooperação bilateral que permitam incrementar as relações entre os dois países e povos e desenvolver iniciativas tendentes a resolver problemas que afectam a vida dos imigrantes mas que são difíceis de ultrapassar no quadro da imigração em geral.
- Ainda no plano bilateral analisar a possibilidade de por de pé um programa de imigração circular e temporária.
- Promover a formação profissional das mulheres e das jovens e

- Criar programas de valorização e validação das competências de que as imigrantes são portadoras.
- Reforçar o diálogo entre as autarquias e as imigrantes no apoio a iniciativas de criação de emprego
- Facilitar ao imigrante o acesso ao crédito.
- Divulgar micro crédito
- Valorizar a cultura de origem estreitar os laços culturais entre portugueses e caboverdeanos pela promoção de iniciativas em espaços de encontro dos mesmos
- Estimular a participação política e cívica

Temos consciência de que a integração é um processo complexo e que nunca estará acabado.

É preciso é criar as condições de vida com dignidade, igualdade de oportunidades e direito à diferença com base em valores como a solidariedade a amizade.

Muito obrigada

Alcestina Tolentino